



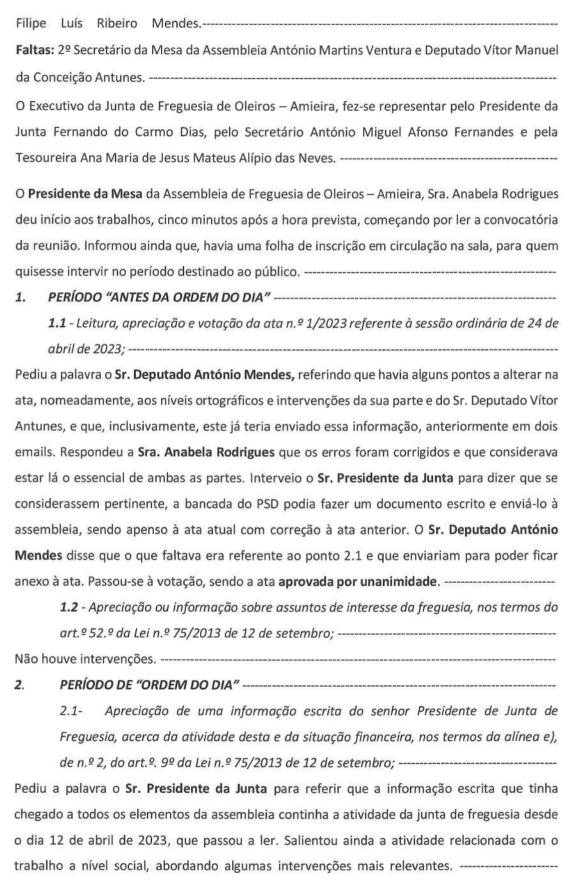
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLEIROS – AMIEIRA

ATA Nº2 / 2023 REUNIÃO ORDINÁRIA DIA 27 DE JUNHO DE 2023

- 1. PERÍODO "ANTES DA ORDEM DO DIA" ------
 - 1.1- Leitura, apreciação e votação da ata n.º 1/2023, referente à sessão ordinária de 24 de abril de 2023; ------
 - **1.2-** Apreciação ou informação sobre assuntos de interesse da freguesia, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; ------
- 2. PERÍODO DE "ORDEM DO DIA" ------
 - 2.1- Apreciação de uma informação escrita do senhor Presidente de Junta de Freguesia, acerca da atividade desta e da situação financeira, nos termos da alínea e), de n.º 2, do art.º. 9º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; ------
 - **2.2-** Apreciação e votação da Proposta n.º 8/2023 "Atribuição de Topónimos a arruamentos da frequesia"; ------
- 3. PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO ------

Presenças: Presidente da Assembleia de Freguesia, Anabela Paula Martins Rodrigues; 1º Secretário da Mesa da Assembleia, Helena Cristina Batista Boaventura Antunes Antão; Deputados Filipe Luís Ribeiro Mendes, António Miguel Antunes Mendes (em substituição do Deputado Vítor Manuel da Conceição Antunes), Ana Maria Pedroso Barata Mendes, Filipe de Jesus Alves Domingues, Paulo Jorge de Almeida Matos Batista, Edviges Salgueiro Rodrigues, João Domingues (em substituição do Sr. António Martins Ventura). De acordo com o que está estabelecido na lei, assumiu o lugar de 2º Secretário da Mesa da Assembleia, o Sr. Deputado







Usou da palavra a **Sra. Deputada Ana Mendes**, para questionar o facto da informação escrita do Sr. Presidente da Junta ainda se encontrar naquele formato, tendo em conta que já haviam dado a sugestão do documento ser apresentado de uma forma mais explícita; continuou perguntando o porquê do dia 25 de abril ter sido comemorado no dia 26, de acordo com o documento e finalmente, questionou quem endereçou o convite ao Sr. Bispo para visitar a sede da Junta de Freguesia. Respondeu a estas perguntas, o Sr. Presidente da Junta, onde explicou que teve em conta a sugestão que foi feita, no entanto, considerava que a configuração do documento para apresentar em assembleias estava adequado, complementado com aquilo que dizia. Acrescentou ainda, que não tinha tido tempo para aperfeiçoar o documento. Em relação à data da comemoração do 25 de abril, explica que se tratou de um lapso e que foi comemorado no próprio dia, evento que decorreu no Pavilhão Multiusos, desenvolvido pelo Município de Oleiros, onde esteve presente como convidado. À pergunta da visita do Sr. Bispo, disse o Sr. Presidente da Junta que tinha sido ele próprio a fazer-lhe o convite. ------Pediu a palavra o Sr. Deputado Filipe Domingues para questionar qual tinha sido o apoio do CLDS 4G Oleiros ou de outras entidades, no que diz respeito aos passeios sénior. Explicou o Sr. Presidente da Junta que o CLDS 4G Oleiros tinha colaborado nestas viagens com mais um autocarro do que noutros anos, sendo que no total de duas viagens, essa entidade teria colaborado com quatro autocarros e a Junta de Freguesia com três. Além deste apoio, referiu o Sr. Presidente da Junta que o CLDS 4G Oleiros também ofereceu um boné a cada participante e pagou 15€ por cada pessoa, que foi diluído nas refeições. Enalteceu ainda que, era uma excelente atividade e que justificava gastar dinheiro público, pois a adesão tinha sido muito grande e as próprias pessoas dos locais onde se realizaram as visitas ficaram muito satisfeitos com a presença de todos. Continuou o Sr. Deputado Filipe Domingues, para perceber se relativamente ao autocarro, se tinha sido o CLDS 4G Oleiros a fornecer ou se teria sido o Município de Oleiros, pois teria ficado com a ideia de que tinha sido aquele último. Sobre esta questão, respondeu o Sr. Presidente da Junta que não sabia os mecanismos da cedência dos transportes, mas que o autocarro do Município de Oleiros tinha ido nas duas viagens e que o CLDS 4G Oleiros informou que contratava um segundo autocarro. Acrescentou o Sr. Deputado Filipe Domingues que, no caso de ter havido colaboração do Município se deveria ter feito essa publicitação, assim como, no que diz respeito aos Santos Populares, onde tinha havido, inicialmente, um lapso nos cartazes, relativamente às parcerias; solicitou ainda que estas situações fossem acauteladas. Sobre a questão do transporte, referiu o Sr. Presidente da Junta que não foi claro que tenha sido o CLDS 4G Oleiros ou o Município, pois considera que muitas vezes as coisas se confundem, alegando que as reuniões que teve foi com o CLDS 4G Oleiros. Em



relação à situação dos cartazes de divulgação dos Santos Populares, considerou ter havido um lapso grave, por não se ter feito referência ao apoio do Município, pois tinha havido uma reunião de preparação do evento, com todas as associações intervenientes, antes de eles serem afixados. Ainda assim, foi retificado aquando da perceção da falha e aquando da receção de um email do então Vice-Presidente da Câmara, o qual foi respondido, com um pedido de desculpa e corrigido o erro, fazendo outros cartazes e distribuindo-os. -----Relativamente à situação financeira, usou da palavra o Sr. Presidente da Junta, procedendo à explicação de algumas rubricas mais relevantes das receitas e das despesas. Resumidamente, e pelo facto de terem vários processos de aquisição de bens e serviços a decorrer e outros encerrados, considerou que o investimento maior até ao final do ano, seria nessa rubrica, proporcionalmente ao que tinha sido até ao momento, pelo que a sua expetativa em relação ao cumprimento do orçamento podia ser considerado razoável. Salientou a dificuldade em obter orçamentos, no que diz respeito ao tempo de resposta dos fornecedores, o que depois complicava os procedimentos. Em relação aos investimentos com base em ajustes diretos, enalteceu a excelente colaboração dos profissionais do Gabinete Técnico da Câmara, pois estavam a ser um grande contributo; reforçou que os procedimentos eram muito demorados, que só naqueles dias tinham conseguido fechar o procedimento do fornecimento dos combustíveis; que em relação aos suportes das placas de toponímia, finalmente escolheram o fornecedor e estava para seguir a última documentação, o mesmo no que diz respeito ao procedimento da pintura da sede da Junta de Freguesia. Acrescentou que estes investimentos rondariam cerca de 50. 000€, e que só se concretizariam nessa altura. ----------------Pediu a palavra o Sr. Deputado António Mendes, para questionar algumas verbas do documento, nomeadamente: se o valor em equipamento administrativo seria a aquisição do quadro interativo; a quem se referia a entidade Joaquim Roma e ao que dizia respeito a rubrica "outros eventos". Em relação à entidade Joaquim Roma, explicou o Sr. Secretário da Junta de Freguesia, que se tratava do nome unipessoal da empresa que foi responsável pelos almoços das viagens sénior. Às restantes questões, respondeu o Sr. Presidente da Junta, começando por dizer que o valor gasto em equipamento administrativo não era o quadro interativo, mas sim, mobiliário que foi adquirido para o serviço administrativo e que na rubrica "outros eventos" estavam contemplados os gastos na inauguração do Trilho do Callum. Finalizou a sua intervenção o Sr. Deputado António Mendes, a solicitar que lhes fossem enviados alguns documentos respeitantes ao Trilho do Callum, nomeadamente, o motivo de aprovação da candidatura e os valores do investimento e também, em relação às associações, solicitou os planos de atividades e os relatórios de contas, daquelas que, segundo o Plano Recapitulativo da



Despesa, já obtiveram os subsídios por parte da Junta de Freguesia. Esclareceu ainda, o Sr. Presidente da Junta que, no que concerne aos pedidos de apoio das comissões de festas da freguesia, não há plano de atividades e que se baseavam no cartaz do evento, para justificar a atividade, que aliás se encontrava no regulamento de apoio às associações. As atividades que não eram contempladas no regulamento, disse o Sr. Presidente da Junta, que seriam analisadas e deliberadas, pontualmente, pelo Executivo da Junta de Freguesia. Clarificou ainda que, sejam associações ou comissões, estariam contempladas nas várias leituras que o regulamento podia ter e, em última instância, que um grupo informal de cidadãos, devidamente justificado e que quisesse desenvolver uma atividade de interesse para a freguesia, poderia ter o apoio da Junta de Freguesia. Pediu a palavra o Sr. Deputado Filipe Mendes para referir que as comissões de festas não teriam personalidade jurídica e que, por isso, não podiam ser financiadas pela Junta de Freguesia, e teriam que ser as associações ou comissões de festas com número de contribuinte constituído. Neste sentido, respondeu o Sr. Presidente da Junta que a Junta de Freguesia não dá um cêntimo quem não tenha número de contribuinte. Continuou o Sr. Deputado Filipe Mendes, a questionar se havia alguma empresa que fazia a assessoria dos pedidos de pagamentos, em relação ao Trilho do Callum ou se eram os elementos do Executivo que fariam isso, sendo que tinha sido uma candidatura subsidiada. Passou a explicar, o Sr. Presidente da Junta que, todo o processo passava pela Pinhal Maior, que considerava que todos os documentos que era suposto enviar já teriam sido enviados; mencionou ainda que havia pouco tempo que tinha havida uma visita ao trilho, onde foram tiradas fotografias e uma consulta aos dossiês relativos a este processo, por parte do responsável dessa entidade. Reforçou o Sr. Deputado Filipe Mendes que então, os pedidos de pagamento seriam feitos pela Junta de Freguesia, ao qual o Sr. Presidente da Junta respondeu que sim e que já estavam todos os pedidos feitos. Solicitou a palavra o Sr. Deputado António Mendes para afirmar que concordava com o facto de se apoiarem as comissões de festas, legalmente estabelecidas, na sua essência que seria a festa. Questionou ainda, em relação aos subsídios das associações, que percebeu que haveria já alguns apoios aprovados mas que, pelo facto de ainda não terem apresentado a documentação solicitada, ainda não tinham sido libertadas as verbas e se essas verbas já estariam contempladas no Mapa Recapitulativo da Despesa. A esta dúvida, respondeu o Sr. Presidente da Junta que apenas constavam no documento os valores que já tinham sido

2.2- Apreciação e votação da Proposta n.º 8/2023 - "Atribuição de Topónimos a arruamentos da freguesia"; ------



Solicitou a palavra o Sr. Presidente da Junta, para dizer que a proposta de topónimos, segundo o Regulamento Municipal de Toponímia, podiam ser apresentados pelos cidadãos ou grupos de moradores, comissão de toponímia, autarquias; mas, a decisão final da atribuição dos topónimos seria sempre do Município e nesse momento, aquele terá que ter as propostas, com a fundamentação e o parecer das Assembleias de Freguesia. Descreveu o Sr. Presidente da Junta os caminhos diferentes que se podem usar para este processo, assim como a forma utilizada pela Junta de Freguesia. Explicou que se pretendia que naquela reunião se se manifestassem, concordando ou não com as designações, ficando na ata o que a Assembleia deliberasse sobre o assunto, enviando de seguida para a Câmara as propostas, já com o parecer da Assembleia de Freguesia; por sua vez, a Câmara faria chegar os documentos à Comissão de Toponímia. Foi distribuído um mapa dos lugares, a cores, com indicação das ruas e dos nomes sugeridos e sua fundamentação, juntamente com as assinaturas dos moradores que concordavam com aquelas propostas. Seguiu a sua intervenção, o Sr. Presidente da Junta, fazendo a leitura da Proposta nº8/2023, chamando a atenção para uma observação que o documento continha no final, relativamente à "atribuição de designações iguais em lugares e arruamentos", solicitando que fosse evitada e permitindo apenas "verificar-se se aqueles se situassem em diferentes freguesias do concelho". Prosseguiu a sua explicação, salientando que considerava que poderiam ser melhorados alguns pontos do Regulamento Municipal de Toponímia, pois resolveriam facilmente algumas situações e que aguardava uma reunião com o Município desde 2022, para abordarem esta questão. Interveio a Sra. Presidente da Assembleia para realçar a ideia que as pessoas recebiam a sua correspondência, com os mesmos nomes de ruas, mas em lugares diferentes, e que mudarem isso, também poderia trazer complicações. Neste sentido, confirmou o Sr. Presidente da Junta esse facto e referiu ainda que a atribuição em cata dupla de topónimos e de placas de toponímia, irá causar alguns problemas não só a nível legal, mas também a nível postal. Usou da palavra o Sr. Deputado Filipe Mendes, referindo que o Regulamento Municipal da Toponímia já tinha cerca de dez anos e enalteceu o trabalho da Junta de Freguesia. Questionou se o Sr. José Coelho, enquanto elemento da Comissão Municipal de Toponímia, tinha participado na atividade da construção das propostas de toponímia juntamente com os moradores. Explicou que, na sua opinião, se fossem bem fundamentadas, através da lei, podiam haver nomes de ruas iguais, em diferentes lugares da freguesia. Continuou, dizendo que era um trabalho moroso e que lamentava alguns topónimos não terem os nomes de pessoas que fizeram muito pelo concelho, como D. Sancho I, D. Afonso Plágio, entre outros. Questionou ainda, se já tinha sido contratualizado com alguma empresa as placas e os suportes para a afixação, pois considerava que o procedimento correto seria primeiro fazer o caderno de

encargos e depois ter os três orçamentos exigidos. Pediu a palavra o Sr. Presidente da Junta para esclarecer as questões levantadas: em relação ao Sr. José Coelho explicou que não tinha participado na tarefa que tinha sido feita, mas que nas próximas reuniões, eventualmente, seria convidado, estando ao corrente de tudo o que tinha acontecido; no que diz respeito aos topónimos, concordou com o que foi dito e reforçou que havia realmente personalidades que devido ao seu contributo, mereciam ser valorizadas; finalmente, no que concerne aos procedimentos das placas e suportes de toponímia, disse que tudo estava a ser desenvolvido dentro da legalidade, até porque havia o acompanhamento dos técnicos do Gabinete Técnico da Câmara. Interveio o Sr. Deputado Filipe Mendes, solicitando que lhes fosse enviado por email os mapas de toponímia propostos. Passou-se à votação da proposta, sendo aprovada por unanimidade. -----3. PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO ------Pediu a palavra o Sr. Deputado Filipe Domingues, para solicitar que fossem ver os passadiços do Trilho do Callum, na zona dos Couços, pois tinha feito o percurso e nesta zona notou que poderia haver alguma insegurança. Respondeu o Sr. Secretário da Junta de Freguesia que se iriam deslocar até lá e se fosse caso disso, solicitar uma vistoria, junto da empresa que construiu as estruturas de madeira. -----Não havendo mais pedidos de intervenção a Sra. Presidente da Mesa colocou à votação a ata em minuta nos termos do n.º 8, do art.º 28º, do Regimento da Assembleia de Pelas dezanove horas e quinze minutos, do dia 27 de junho de 2023, a Presidente da Assembleia de Freguesia, deu por encerrada a sessão de trabalhos, da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada em nova Assembleia de Freguesia, será assinada nos termos da lei. -------------A Presidente da Assembleia------(Anabela Paula Martins Rodrigues) Telia Alexandra Antines Mateus)

(Telma Alexandra Antines Mateus)